

UMA ANÁLISE DA DESCORTESIA COMO UM FENÔMENO DISCURSIVO DE PERSUASÃO EM INTERAÇÕES AGONAIS E TRÍLOGUES: O EMBATE POLÍTICO-ELEITORAL

Ana Paula ALBARELLI¹

RESUMO: Este estudo objetiva analisar a descortesia, no debate político-eleitoral, bem como os recursos retórico-interacionais utilizados em sua realização, em um ambiente de interação marcadamente agonal. Trata-se de examinar como o comportamento verbal agressivo pode cumprir propósitos argumentativos e estratégicos em um tipo específico de contrato interacional: um tipo de interação de visada argumentativa e trílogue, cujo propósito é a busca do consenso e estabelecimento de alianças com um interlocutor que não participa fisicamente da interlocução. Assim, consideramos as contribuições da Descortesia e de teorias da Argumentação, procedendo à articulação desses construtos teóricos na análise da descortesia e dos procedimentos retóricos que a materializam. O corpus consiste no debate presidencial empreendido entre Dilma Rousseff e Aécio Neves.

Palavras-chave: descortesia; imagem; persuasão; debate eleitoral; dissenso.

AN ANALYSIS OF IMPOLITENESS AS A DISCURSIVE PHENOMENON OF PERSUASION IN AGONAL AND TRILOGUE INTERACTIONS: THE POLITICAL-ELECTORAL FIGHTING

ABSTRACT: This study aims to analyze the impoliteness undertaken in the political electoral clash, include the rhetorical and interactional resources used in its implementation in a markedly agonal interaction. It is about examining how aggressive verbal behavior can fulfill argumentative and strategic purposes in a specific type of interlocutory contract: a trilogy, argumentative-oriented interaction, whose discursive purposes consist of a search to establish a consensus and alliances with an interlocutor who does not physically. Thus, we consider the contributions of Impoliteness and Argumentation theories (Blas Arroyo, 2011; Amossy, 2018), proceeding to articulate the theoretical constructs for an approach of impoliteness and rhetorical procedures that materialize her. The corpus consists of the debate presidential between Dilma Rousseff and Aécio Neves.

Keywords: impoliteness; image; persuasion; political electoral; polemic.

¹ Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (USP). Orientador/a: Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva. Email: aalbarelli@yahoo.com.br Lattes : <http://lattes.cnpq.br/8828835882009896>

INTRODUÇÃO

A linguagem verbal - instrumento de ação e veículo de diferentes modos de compreender e vislumbrar o mundo - é um fenômeno eminentemente social e histórico. É por meio da interação que os interlocutores constroem e reconstróem imagens de si e da realidade em que se inscrevem suas manifestações discursivas num complexo e dinâmico processo de difusas representações e procedimentos de figuração (GOFFMAN, 1967). Nas interações espontâneas, os interlocutores procedem ao emprego de atos de reparação ou de evitação de possíveis ameaças à imagem do outro, ao passo que visam resguardar a própria. No entanto, há tipos específicos de contratos interlocutórios nos quais reside o oposto: empregam-se atos deliberados de ameaça à imagem alheia com o intuito de obter a adesão de um terceiro participante às proposições que lhes são apresentadas, em contraposição a outras, conquanto esse terceiro interactante não participe fisicamente do processo de interação. Trata-se de um destinatário privilegiado, nos termos de Kerbrat-Orecchioni (2006), para o qual a troca interacional se dirige, de modo efetivo. Assim, o debate eleitoral, gênero discursivo de natureza marcadamente agonal, configura-se em um evento comunicativo cujos atos descorteses são ritualizados, em virtude da natureza da interação, na medida em que seus participantes buscam acentuar a ameaça, em lugar de reparar possíveis danos às faces ou evitá-los. Nesse tipo de troca verbal, observa-se o que Goffman (1967), estudioso das interações verbais, denomina como emprego agressivo do trabalho de face, a partir do qual se procede à ameaça da imagem do outro de modo “malicioso”, ou seja, deliberado. O debate político é objeto de estudo de diversos teóricos, dentre os quais está Blas Arroyo (2011), cujo trabalho parte

do pressuposto de que, no debate eleitoral, um duo conflitual é instalado, tendo-se em vista refutar a autoimagem do oponente, com propósitos tácitos de persuasão.

Nesse tipo específico de evento comunicativo, importa levar o público eleitor a apoiar um dado discurso que se mostra, necessariamente, oposto a um contradiscurso, o qual se visa rechaçar. Nesse sentido, pode-se afirmar que o debate eleitoral apresenta um quadro de alocação singular, cujos papéis interlocutórios são “flutuantes” (FÁVERO e AQUINO, 2002), na medida em que o debatedor que interage com seu adversário político pode, o mais das vezes, reportar-se a um terceiro participante, cuja presença reside na própria existência do programa: o eleitor em potencial.

Assim como postula Blas Arroyo (2011), Fávero e Aquino (2002) assinalam que, no debate eleitoral, erige-se um duo conflitual, estabelecido pelos interlocutores/debatedores que se encontram presentes, fisicamente, na interação, cujo interesse final é o de estabelecer, no entanto, um “duo consensual” com o verdadeiro destinatário da troca verbal, um destinatário que, aparentemente, é indireto, e que ocupa, efetivamente, o papel de destinatário direto. A esse respeito, Blas Arroyo (2011) assinala haver, no debate eleitoral, tentativas frequentes de estabelecer coalizões ou alianças entre um dos debatedores e o auditório, configurando-se em um fenômeno linguístico-discursivo que consideramos ser pertinente para a análise de corpora desse tipo.

Desse modo, propomo-nos, neste estudo, a estabelecer um quadro elaborado a partir das noções de Fávero e Aquino (2002) e de Blas Arroyo (2011), a fim de elucidar a relevância do quadro de interlocução na dinâmica interacional do debate eleitoral, sobretudo, em se tratando dos interesses de persuasão que subjazem aos atos descorteses e da manipulação deliberada dos papéis interlocutórios no corpus sob análise:

Proposta de análise

- Debatedor 1 interage com debatedor 2 (estabelecimento de um duo conflitual)
- Debatedor 1 interage com o auditório/eleitor (tentativa de estabelecer um duo consensual)
- Debatedor 2 interage com o auditório / eleitor (tentativa de estabelecer um duo consensual)

O modelo de análise, que propomos neste estudo, permite avaliar de que modo, no debate eleitoral, os papéis interlocutórios intervêm no processo de gerenciamento da imagem dos debatedores frente ao eleitorado, por meio de recursos que, ora promovem a construção de imagens de afiliação em relação ao auditório, ora colaboram para acentuar o “duo conflitual” (FÁVERO e AQUINO, 2002). Os desdobramentos desse processo podem ser observados por meio do emprego de estratégias diversas de descortesia (BLAS ARROYO, 2011), tais como as de autopromoção, da desqualificação do outro, dentre outras. No presente artigo, propomo-nos a apresentar, dentre as estratégias descorteses expostas neste estudo, uma nova categoria de análise para a descortesia: a manipulação estratégica do âmbito de referência do falante para produzir ameaças.

A análise do corpus aponta, ainda, que, no complexo processo de polarização, inerente ao discurso político (BLAS ARROYO, 2011), a afiliação exacerbada ao grupo e a refratariedade exacerbada (KAUL DE MARLANGEON, 2005) mostraram-se recorrentes na gestão agressiva das imagens, assim como os desejos de promoção das imagens de autonomia – no momento em que os debatedores assumem contornos próprios – e de afiliação, que se inscreve nos turnos em que o locutor visa a assegurar a aproximação com o público eleitor.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS FUNDADORAS ACERCA DA FACE

Os estudos acerca da interação partem das teorias de Erving Goffman (1967), sociólogo que instaurou, no âmbito das investigações de interações cotidianas, o conceito de face, cujo princípio norteou trabalhos posteriores, relativos a um fenômeno de natureza social e histórica: a cortesia verbal (BROWN e LEVINSON, 1987). De acordo com Goffman (1967), há, em toda interação, um complexo processo orientado no sentido de proteger a face alheia e, consecutivamente, a própria, uma vez que, ao ameaçar a face do outro, o falante pode colocar sob ameaça a si mesmo. Assim, todo e qualquer tipo de contato comunicativo entre interlocutores acarreta riscos para ambas as faces. Segundo Goffman (1967), observa-se, em interações cuja regra é estabelecer relações de equilíbrio e cooperação, um esquema dinâmico de figuração e representação dos interlocutores, o qual se dá à medida que se processa o processo interlocutório, na busca de que sua autoimagem social e seu território pessoal sejam preservados. Nesse sentido, cabe aos interactantes o uso de diferentes mecanismos linguístico-discursivos que operam em prol das imagens ao longo das trocas verbais.

Estudos oriundos da teoria das faces, instaurada por Goffman (1967), ampliaram-na e seus autores propuseram tratados e modelos de análise, a partir dos quais se sistematizou o conjunto de atos corteses, postulando-se, inclusive, a universalidade da cortesia e das concepções de face positiva e negativa². Trata-se da Pragmática Linguística, cujos princípios buscam proceder a uma análise dos fatos da língua consoante preceitos universais, a partir de categorias de análise que possam, na esfera da frase, abranger

² As noções de face e de territórios do eu, postuladas por Goffman (1967) foram renomeadas por Brown e Levinson (1987) como face positiva e face negativa, respectivamente.

comportamentos verbais de modo sistemático. Procedendo ao exame das relações interacionais, Brown e Levinson (1987) propõem uma série de atos de ameaça (face threatening acts) em seu modelo de análise acerca da cortesia verbal, assim como as estratégias orientadas no sentido de evitar ou dirimir possíveis atos de descortesia que acarretariam o desequilíbrio da interação. Entretanto, estudos posteriores apontaram que os efeitos corteses ou descorteses não são depreendidos, tão somente, da análise do enunciado, em seu âmbito frasal, mas sim em consonância com o contexto, isto é, com a situação discursiva na qual se inscrevem tais atos. A Pragmática Sociocultural passa, assim, a tratar da (des)cortesia a partir desse pressuposto.

A PRAGMÁTICA SOCIOCULTURAL: CONSTRUTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS

Com o advento da Pragmática Sociocultural, segundo a qual os atos de fala são analisados à luz de fatores linguísticos relacionados à esfera extralinguística, numa relação de interdependência, envolvendo o contexto, a situação de fala, os conhecimentos e crenças partilhadas, a intencionalidade do falante e, sobretudo, o papel premente da avaliação, empreendida pelo ouvinte, dos atos de fala; os fatos da língua passam a ser concebidos e interpretados consoante seus efeitos discursivos. Em outras palavras, os significados e os efeitos – descorteses ou corteses – constroem-se e reconstroem-se à medida que se dá a interação, de modo dinâmico e volátil. Isso significa afirmar que um ato aparentemente descortês pode, a depender do contexto e da natureza da interação, reconfigurar-se, produzindo efeitos de afiliação e de aproximação, em determinados eventos comunicativos³. Além disso, cumpre observar que,

3 No caso de xingamentos e “aparentes” ofensas entre jovens do sexo masculino, em um estudo realizado por Zimmerman (2005) cuja relação de simetria e de solidariedade

de acordo com Blas Arroyo (2010), as condutas ofensivas podem tornar-se a regra em determinados tipos de interação, de modo que o ataque passa a reconfigurar-se em um ato ritualizado, na medida em que é esperado e, portanto, “não marcado” no discurso.

Uno de los aspectos más relevantes en el estudio de este extremo menos armónico, y eventualmente descarnado, de las relaciones interpersonales es la constatación de que tanto el carácter como el grado que alcanzan los comportamientos descorteses se hallan íntimamente relaciones con los contextos en que se desenvuelven, sean estos de carácter individual, cultural o institucional. A propósito de estos últimos, por ejemplo, se há llamado la atención acerca de la existencia de diversos tipos de discurso y los que el comportamiento interaccional esperable por parte de los participantes es, justamente, el de la agresividad verbal y la descortesia, como ocurre con los debates políticos [...] (BLAS ARROYO, 2010, p. 184).

Em seu estudo acerca da descortesia institucionalizada, Culpeper (2011) aborda a falsa cortesia (mock politeness), cujos efeitos, em discursos extremamente conflituosos, tornam-se ritualizados e, portanto, “não marcados” ou “preferidos”⁴, ao passo que os atos corteses assumem valor descortês, uma vez que não são esperados, reconfigurando-se em virtude do contexto, isto é, da situação de fala.

Como vimos, a Pragmática Linguística focou suas análises, sobretudo, na sistematização dos atos corteses e na questão da universalidade do fenômeno da cortesia e da concepção de faces, quais sejam, positiva e negativa. Não obstante, diversas críticas foram destinadas ao caráter eurocêntrico e reducionista verificados nos postulados teóricos e metodológicos das teorias fundadoras. Bravo (2005) assinala que a necessidade de liberdade de não imposição – que diz respeito à face negativa – assim como a necessidade de aprovação da imagem social – ou seja, a preocupação com a face positiva

entre os participantes da interação permite que os atos, aparentemente ofensivos, sejam neutralizados.

4

– é variável quando se observam culturas ocidentais e orientais. Posto isso, pode-se afirmar que as noções de face negativa e face positiva não podem ser traduzidas, da mesma maneira, em diferentes esferas sociais e culturais, conforme se verifica nos estudos de Brown e Levinson (1987), haja vista o fato de que, em determinadas comunidades de fala, a preocupação com a liberdade de imposições não é tão relevante, sobretudo nas culturas orientais, tal como se verificou em sociedades anglo-saxônicas.

Una de las afirmaciones que más problemas han causado a la hora de interpretar efectos sociales de cortesía en corpus situados há sido asumir que los aspectos de la imagen social (necesidad de no imposición en las acciones) y el positivo (necesidad de aprobación de la personalidad y de que se compartan los propios deseos y puntos de vista) tienen un carácter transcultural (BRAVO, 2005, p.25).

Outro aspecto relevante diz respeito ao tratamento dado à descortesia, compreendida como uma atividade marginal, sem relevância em se tratando de seu papel argumentativo. Por muito tempo, a descortesia verbal foi concebida como um desvio, isto é, como a ausência das regras de cortesia. Culpeper (2011) assinala que nenhum estudo procedeu à análise da descortesia como um fenômeno passível de ser tomado como objeto de estudos:

The idea that the scope of a politeness theory might be extended to include antagonistic or confrontational communication is not new. [...] However, none of these studies focus comprehensively on impoliteness in an attempt to improve our understanding of its operation and its theoretical basis. (CULPEPER, 2011, p.350).

Com os avanços da Pragmática Sociocultural, diversos estudiosos (CULPEPER, 2011; KAUL DE MALARGEON, 2005, BLAS ARROYO, 2011), dentre outros, procederam à investigação da descortesia consoante suas próprias regras, partindo-se do pressuposto de que a descortesia verbal se configura em um fenômeno cujo

uso pode conferir ao discurso propriedades argumentativas: “The study of the interactional effects and argumentative goals of the speaker’s aim for impoliteness is made possible” (EELLEN, 2001, p.113)⁵.

AS CATEGORIAS DE AFILIAÇÃO E DE AUTONOMIA: A DESCORTESIA DE FUSTIGAÇÃO

O modelo de Brown e Levinson (1987) apresenta a face e o fenômeno da cortesia verbal como princípios universais. Para os autores, a face positiva consiste na autoimagem pública, a qual todo indivíduo reclama para si, ao longo da interação, investindo-a, pois, de emoções e expectativas (face want), na medida em que, ao apresentar uma determinada imagem social busca-se, por meio de um complexo processo de gerenciamento das faces, valorização e aprovação dos demais participantes da interação.

No entanto, há muito se discute o fato de a face positiva e negativa não serem, em todas as culturas, valorizadas do mesmo modo. Em outras palavras, para algumas culturas ou grupos sociais, a proteção da face negativa – que corresponde ao desejo de não imposição e de liberdade - não é a prioridade. Nesse sentido, o predomínio da cortesia positiva ou negativa é, também, variável culturalmente.

Assim, podemos opor as sociedades nas quais predomina a polidez negativa (princípio: incomodar o mínimo possível e abrandar o máximo possível os FTAs inevitavelmente cometidos), e as sociedades nas quais, ao contrário, a polidez positiva é a preferida (produção abundante de FFAs: visitas, convites, presentes, elogios, etc.). [...] Podemos também contrastar as sociedades, conforme a importância relativa que elas atribuem ao território do eu ou, ao contrário, à face positiva. [...] Em outras sociedades, ao contrário, se atribuirá uma importância crucial à proteção de uma face positiva, particularmente sensível

5 Tradução nossa da versão em inglês: “O estudo dos efeitos interacionais e das finalidades argumentativas dos falantes que têm como propósito a descortesia é possível” (EELLEN, 2001, p.113).

e vulnerável; as chamadas sociedades “de honra” (como as sociedades árabes) ou “de vergonha” (como a sociedade japonesa), nas quais para os interactantes importa, antes de mais nada, mitigar seu mútuo narcisismo; “fazer boa figura”, não “perder a face” e fazer com que o outro não a perca (KEBRART-ORECCHIONI, 2006, p. 125).

Assim, para algumas sociedades, o apreço ao grupo supera a necessidade de liberdade e de imposição. Trata-se de culturas de aproximação, conforme assinala Briz (2010), cujo interesse é, justamente, o de se filiar a um determinado grupo social, com o qual se compactua ideias e modos de agir. Desse modo, se para algumas culturas a autonomia – ou a necessidade de liberdade e de não imposição – é predominante, em outras, por outro lado, é a busca por uma autoimagem social e pública que se estabelece como principal objetivo.

En Bravo (1999, 2003, 2005) se afirma que ese modelo ha implicado serias dificultades para su aplicación a otros contextos socio-culturales que no se corresponden con los que subyacen a las interpretaciones que encontramos en la teoría expuesta en el trabajo de Brown y Levinson (1987), dando lugar a asunciones erróneas por parte de los/as analistas que impiden describir la compleja idiosincrasia de las manifestaciones que adopta el fenómeno de la cortesía dependiendo de un conjunto de factores contextuales tanto internos como externos al texto y a la propia situación comunicativa. Una de las afirmaciones que más problemas han causado a la hora de interpretar efectos sociales de cortesía en corpus situados ha sido asumir que los aspectos de la imagen social, el negativo (necesidad de no imposición en las acciones) y el positivo (necesidad de aprobación de la personalidad y de que se compartan los propios deseos y puntos de vista) tienen un carácter transcultural. (BRAVO, 2005, p. 25).

Assim, vale lembrar, a respeito das concepções de faces positiva e negativa, os postulados de Bravo (2005), que propõe outras categorias, como alternativas às noções apresentadas por Brown e Levinson (1987), no que tange ao estudo das interações e, em específico, no processo de gestão da imagem: as categorias de autonomia e de afiliação, as quais se configuram em atitudes de afastamento em relação a um determinado

grupo ou de aproximação, respectivamente. Essas categorias são, segundo a autora, “vazias” ou “virtuais”, cujo sentido é preenchido em virtude de contingências socioculturais, não correspondendo, no entanto, aos princípios de faces negativa e positiva, postulados por Brown e Levinson (1987).

Em seu estudo acerca da descortesia no discurso político, Kaul de Marlangeon (2005) toma essas categorias conceituais como pressuposto teórico, empregando-as na elaboração de um modelo de análise das estratégias de descortesia, denominada “descortesia de fustigação,” por meio da qual os interlocutores procedem ao ataque, ora mediante a afiliação a um grupo, ora por meio da autonomia exacerbada (refratariedade) em relação a ele:

Refratariedad[...] entendida como la autonomía exacerbada de verse y ser visto como opositor al grupo, en una actitud rebelde respecto de aquello que suscita su oposición. Es una descortesia de fustigación que emplea el hablante descortés para responder a un estado de desequilibrio o entablarlo en pos de sus requerimientos de imagen en detrimento del oyente afiliado a su propio grupo (KAUL DE MARLANGEON, 2005, p.166).

Kaul de Marlangeon (2005) define a descortesia de fustigação como um conjunto de comportamentos estratégicos, os quais se inscrevem, segundo a autora, numa situação de enfrentamento e cujo propósito é o de denegrir a imagem do interlocutor:

Constituída por comportamentos conscientes e estratégicos, destinados a ferir a imagem do interlocutor, para responder a uma situação de enfrentamento ou desafio, ou com o propósito de começá-la. A grande maioria de seus atos são diretos. A descortesia é sempre uma agressão verbal do falante destinada ao ouvinte (KAUL DE MALARGEON, 2005, p. 130).

AS CONTRIBUIÇÕES DE BLAS ARROYO PARA O ESTUDO DA DESCORTESIA (2011)

Em seus estudos acerca das estratégias descorteses empregadas no debate eleitoral, Blas Arroyo (2011) procede ao exame do que denomina como “descortesia institucional”. Trata-se, segundo o autor, de um tipo de descortesia legitimada institucionalmente, cujos atos descorteses se dão de modo deliberado, com vistas a denegrir a face do outro, consistindo em um comportamento ritualizado, na medida em que se configuram em atos esperados pelos interactantes, afigurando-se, pois, como atos não marcados. A descortesia institucional, que se concretiza em trocas verbais regidas pela prática do dissenso, cumpre, segundo Blas Arroyo (2011), finalidades discursivas específicas, em se tratando do tipo de contrato comunicativo em que se inscreve. No caso do debate político, a descortesia apresenta um viés teatral em torno do qual se organiza todo o conflito entre os debatedores que se ofendem estrategicamente, com o propósito de atrair a atenção da audiência para o discurso que lhe é apresentado. Trata-se do que se denomina como “cultura de crítica”, mediante a qual os meios de comunicação atraem um público maciço.

Assim, o debate eleitoral configura-se em um tipo de evento comunicativo que, embora seja marcado pelo dissenso, sendo caracterizado, muitas vezes, como um “diálogo de surdos”⁶, apresenta-se como um discurso de natureza persuasiva, uma vez que seu propósito final é promover alianças e coalizões com o auditório, a partir da tentativa de estabelecimento de um consenso⁷, isto é, um acordo. Trata-se de promover ideias afins,

6 O termo “diálogo de surdos” é proveniente dos estudos de Marc Angenot (2008) acerca da argumentação, a partir do qual o teórico aborda interações cujo desfecho não reside no acordo, mas no incremento do dissenso.

7 Acerca do dissenso, predominante em discursos antagônicos, Amossy (2018) faz as seguintes considerações: O fato de que, no campo político, a polêmica se traduz em termos de construção de ethos e de poder, tornando-se, assim, um ritual de posicionamento, chama a atenção para o fato de que a polêmica põe sempre em jogo imagens de si, que se inserem nas estratégias de promoção da própria pessoa”. (AMOSSY, 2018, p. 2160).

compartilhadas por um dado público que compõe o auditório.

Con todo, y a la diferencia de otros géneros conflictuais, en el debate político cara a cara esta descortesia tiene un componente teatral decisivo, es decir, es evaluada no tanto para el interlocutor, a quien deliberadamente se ofende y se humilla, cuanto por la audiencia, de quien depende en última instancia el éxito o el fracaso de los protagonistas. En este sentido, el cara a cara participa plenamente de esa cultura de la crítica, cada vez más frecuente en numerosas manifestaciones del discurso público, en especial las que tienen lugar en los medios de comunicación de masas (BLAS ARROYO.2010, p. 40).

Em seu estudo intitulado *Políticos em conflito: uma aproximação pragmático-linguística*, Blas Arroyo (2011) procede ao estudo da descortesia institucional em debates eleitorais, com o propósito de delinear as principais características linguístico-discursivas desse tipo de evento comunicacional. Para isso, o autor postula cinco tipos de estratégias descorteses, empregadas pelos debatedores, a saber: associar o interlocutor a fatos, intenções e valores negativos; dizer que o oponente mente; mostrar desprezo, depreciar; formular contrastes desvantajosos para o interlocutor; e, por fim, acusar o interlocutor de contraditório. De acordo com Blas Arroyo (2011), essas estratégias só podem ser colocadas em prática, no debate eleitoral, por meio de recursos de natureza linguística, interacional e retórica. Dentre os componentes retóricos, analisam-se os argumentos de autoridade, as perguntas retóricas, a questão do ethos, do logos e do pathos, dentre outros elementos advindos dos estudos provenientes da retórica argumentativa. O quadro participativo, levando-se em consideração os esquemas de deslocamento de papéis interlocutórios também é analisado pelo autor.

Neste estudo, objetiva-se analisar as estratégias descorteses empreendidas pelos debatedores, bem como os recursos interacionais e linguísticos a partir dos quais os comportamentos verbais agressivos são realizados no discurso

político. A partir da análise dos distintos esquemas participativos que balizam o gerenciamento das imagens no discurso, buscar-se-á depreender quais recursos são mobilizados pelos interactantes de modo a deslocar, estrategicamente, o âmbito de referência do falante dentro de um quadro participativo específico.

O QUADRO PARTICIPATIVO DO DEBATE ELEITORAL E OS ÂMBITOS DE REFERÊNCIA DO FALANTE

No Brasil, os estudos acerca da interação em eventos comunicativos conflituosos, como o debate eleitoral, vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores (FÁVERO e AQUINO, 2002) cujo intuito é explorar de que modo se desenvolve um tipo de dinâmica interacional particular, verificada em trocas trílogues. Nesse estudo, as autoras consideram a argumentação especial, verificada no debate eleitoral, do seguinte modo:

O debate televisivo apresenta não só um quadro interacional específico, como também um tipo de argumentação especial. A argumentação, definida como meio de persuadir o interlocutor (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1983); desenvolve-se não para convencer o outro debatedor, nem o mediador, mas o público ouvinte, telespectador que, por sua vez, também apresenta especificidades[...] (FÁVERO e AQUINO, 2002, p. 173).

Considerando-se que, nesse tipo de evento comunicativo, a argumentação⁸ desenvolve-se com vistas a convencer o público ouvinte, no caso, o eleitor em potencial, que consiste em uma espécie de interlocutor que não participa fisicamente da

⁸ Por se tratar de um tipo de interação de “visada argumentativa” (AMOSSY, 2018), marcada pela intenção de persuasão, consideramos, na tese que deu origem ao presente artigo, as contribuições da teoria da argumentação, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]) e, sobretudo, de Amossy (2018), que formula um modelo teórico e metodológico de análise da argumentação no âmbito do discurso. No entanto, devido à extensão deste estudo, não abordaremos a argumentação neste artigo, abordando, tão somente, as estratégias de descortesia conforme os postulados teóricos de Blas Arroyo (2010; 2011) e Kaul de Marlangeon (2005) e Culpeper (2011).

troca verbal, pode-se afirmar que as estratégias de descortesia, orientadas para a imagem do candidato adversário, cumprem finalidades de persuasão, uma vez que, por meio da deslegitimação do oponente, busca-se conduzir o telespectador a rejeitar aquele cuja autoimagem é colocada em xeque: “É para os eleitores, em geral, que o debate se desenvolve” (FÁVERO e AQUINO, 2002, p. 173).

Dentro de um quadro específico de argumentação, Fávero e Aquino (2002, p. 173) observam, assim, a existência de um duplo direcionamento das estratégias de argumentação:

[...] -provocar o adversário, fazendo com que exponha sua face publicamente;
-persuadir o telespectador a aceitar o candidato que está com a palavra (nesse procedimento, é automática a rejeição do adversário).

Provocar o adversário – expondo-lhe a face – e, a partir disso, persuadir o telespectador, mediante sua rejeição em relação ao alvo da descortesia estratégica, configuram-se, segundo as autoras, nos dois mecanismos estratégicos de argumentação que regem o debate político eleitoral. Provocação e persuasão balizam a dinâmica interacional que perfaz esse tipo de evento discursivo:

As estratégias utilizadas nesse quadro participativo, somadas, trabalham na direção de conseguir a adesão do telespectador[...] Assim, coordenam-se ações e estratégias num duo conflitual televisionado” (FÁVERO E AQUINO, 2002, p. 174).

Há, desse modo, uma dupla orientação no debate político eleitoral: o estabelecimento de um duo conflitual, a partir do qual o contrato interacional se erige, bem como a tentativa de se estabelecer um duo consensual com o auditório, o qual se busca convencer.

O debate político afigura-se, pois, como um tipo de “comunidade de prática descortês” (KAUL DE MARLANGEON, 2005; BLAS ARROYO, 2011) calcada no dissenso. Não obstante, é importante salientar que se trata da instauração

de um conflito deliberado, estratégico, em função do qual se erige a própria atividade comunicativa, visto que os interlocutores empreendem uma batalha dialética “teatral” que, por sua vez, orienta-se para uma audiência, a qual se visa atingir. A “teatralização”⁹ a que o autor se refere é depreendida de uma estrutura participativa singular, na qual os papéis interlocutórios se modificam, à medida que o enfrentamento dialético transcorre. Isso significa que, no debate eleitoral, o quadro participativo, assim como os papéis de cada interactante – que ora assumem a função de destinatários diretos, ora de indiretos – incidem, sobremaneira, nos efeitos de descortesia e de persuasão do debate político.

Outro aspecto explorado pelo autor consiste no fato de que, no debate político, o âmbito de referência da esfera do falante é manipulado, frequentemente, por se configurar em um evento conversacional triádico (FÁVERO e AQUINO, 2002, p. 160). Levando-se em conta que, no debate eleitoral, a manipulação da dêixis pessoal pode produzir, de modo recorrente, efeitos descortesias, consideramos que esse recurso pode afigurar-se como um tipo de estratégia de descortesia, utilizada no âmbito do discurso político, mais especificamente, no debate eleitoral, na medida em que sua ocorrência no corpus é deveras recorrente, e, como apontar-se-á, neste estudo, pertinente. Trata-se de um fenômeno linguístico-discursivo que apresenta, no debate eleitoral, particularidades discursivas, na medida em que se recorre a um pronome, um “nós exclusivo”, que, empregado pelos interactantes, exclui o interlocutor de seu âmbito de referência e promove, na relação interacional, distanciamento entre os interlocutores.

⁹ Acerca da teatralização e do consenso em interações polêmicas, Amossy (2018) assinala que: Ela (a polêmica) o faz também, inversa e complementarmente, ao permitir às partes encontrar indivíduos que partilham seu ponto de vista, fazendo polêmica do mesmo lado que eles, de forma que acabam formando uma comunidade. [...] A polêmica que cava divisões e favorece preenchimentos identitários é também aquela que suscita ligações. Elas se dão frequentemente contra o outro – nada junta mais do que uma luta contra um inimigo comum (AMOSSY, 2018, p. 212).

O afastamento entre os interlocutores, resultante da manipulação estratégica da dêixis pessoal, pode produzir efeitos descortesias. Por outro lado, pode-se afirmar que, a partir dessas fórmulas dêiticas, promovem-se relações de afiliação com o outro, no caso, o eleitor em potencial, mediante sua aproximação e sua inclusão no âmbito de referência do falante (no caso, o político que faz uso de um “nós inclusivo”).

Neste estudo, propomo-nos a estudar esse fenômeno, ampliando-o, a partir da criação de uma nova categoria de análise, no que tange ao estudo da descortesia: a manipulação da esfera de referência do falante, por meio da dêixis pessoal, para produzir descortesia (por ataque ou por autopromoção).

ANÁLISE DO CORPUS

Exemplo 1:

Aécio Neves: Como nós vemos a candidata tem sempre uma justificativa, mas não tem nenhuma solução. Minha amiga, meu amigo que nos ouve, para a Presidente da República, mais uma vez, inflação não é problema, ela não tem nenhuma proposta, nenhuma solução de enfrentar essa questão. Eu pergunto mais uma vez a quem nos ouve agora, você compra com o mesmo dinheiro hoje o que comprava há seis meses atrás? Ou há um ano atrás? Se compra, eu acho que o caminho é votar na candidata Dilma Rousseff (grifos nossos).

No exemplo 1, constituído pela intervenção de Aécio Neves, observa-se um turno permeado por recursos diversos que cumprem a função de realizar as estratégias de descortesia, concretizando-as, formalmente, no discurso (BLAS ARROYO, 2011). Dentre eles, pode-se observar o emprego de uma estratégia de descortesia que consiste na manipulação deliberada do âmbito de referência do falante, a partir do emprego estratégico de formas dêiticas pessoais, no caso, o pronome em primeira pessoa no plural que inclui, em seu âmbito de referência, Aécio Neves e todos os brasileiros,

ao passo que exclui a candidata adversária Dilma Rousseff.

Ademais, no exemplo 1, observa-se que o locutor 1, Aécio Neves, interage com o auditório/eleitor em uma tentativa de estabelecer um duo consensual. O candidato acusa Dilma de não oferecer soluções ao problema econômico enfrentado pelos brasileiros, a inflação alta, ameaçando sua face positiva.

Em seguida, observa-se que Aécio Neves faz uso da mesma estratégia de descortesia por meio da inclusão do auditório, um terceiro participante, utilizando a fórmula “meu amigo, minha amiga”. Nesse sentido, cumpre assinalar que o candidato inclui o auditório em seu âmbito de referência, e, em contrapartida, exclui Dilma de seu discurso, deslocando-a de seu âmbito de referência, na medida em que se refere à sua adversária por meio de uma terceira pessoa: a candidata (ela). Trata-se da manipulação da dêixis pessoal com a finalidade de promover o distanciamento de sua oponente do quadro participativo, relegando-a a uma terceira pessoa, uma “não pessoa”¹⁰. Aécio Neves exclui Dilma do quadro participativo do debate, que antes ocupava o papel de interlocutora direta do candidato, agora assumido, no exemplo, pelo auditório. O fato de relegar Dilma à condição de um destinatário indireto – não privilegiado – produz, na interação sob análise, efeitos de descortesia.

Cumpre assinalar, ainda, que o emprego da forma “Minha amiga, meu amigo” desvela a tentativa de Aécio Neves em promover coalizão/aliança com o auditório, por meio de uma estratégia de afiliação com o eleitor em potencial (BRAVO, 2005), na medida em que o presidenciável inclui-o em seu discurso, promovendo relações de aproximação. Trata-se da busca do estabelecimento de um duo consensual, a partir de um duo conflitual (FÁVERO e AQUINO, 2002), entre Aécio e a presidenta Dilma Rousseff. Os índices de alocação,

¹⁰ Termo apresentado por Benveniste.

no caso, o pronome possessivo em primeira pessoa, acrescido ao vocábulo amigo evidenciam as intenções do candidato de promover sua imagem de afiliação, em relação ao auditório.

Em seguida, verifica-se que Aécio Neves interpela, novamente, o eleitor, voltando-se para um participante que não participa fisicamente do debate, mas para o qual o contrato interlocutório está orientado, configurando-se, nesse turno, como o interlocutor direto. O candidato interpela o eleitor mediante a formulação de uma pergunta retórica, fazendo uso de um “você” (mais coloquial), no trecho “você compra com o mesmo dinheiro hoje o que comprava há seis meses atrás?”, intensificando as relações de aproximação do auditório com propósitos descorteses destinados a sua oponente.

O fato de, mais uma vez, Aécio Neves manipular o âmbito de referência pessoal, preenchendo-o com outro participante, corrobora a afirmação de que, no debate político eleitoral, os papéis interlocutórios são flutuantes, passíveis de oscilação dentro de um quadro participativo que pode ser modificado conforme as intenções discursivas dos interactantes. Nesse sentido, pode-se afirmar que Aécio Neves faz uso dessa possibilidade da língua e do evento discursivo – o debate eleitoral possui um esquema de participação singular – para manipular, estrategicamente, o âmbito de referência do falante ao seu favor, por meio do preenchimento estratégico das categorias de pessoa.

Exemplo 2:

Aécio Neves: Mas não adianta você mascarar a realidade, candidata, hoje infelizmente a inflação voltou a atormentar a vida dos brasileiros e das brasileiras, porque o seu governo foi leniente com ela (grifos nossos).

Já no exemplo 2, verifica-se, novamente, a modificação dos papéis interlocutórios desempenhados pelos participantes, uma vez que

o quadro participativo que compõe a interação é modificado, em função dos propósitos discursivos de descortesia do locutor 1, Aécio Neves. Observa-se, neste turno, que a forma de segunda pessoa, no caso, o pronome você, é novamente “preenchido” com o interlocutor 2, Dilma Rousseff, ao passo que o eleitor em potencial volta a ocupar o papel de destinatário indireto, na medida em que o candidato se refere ao auditório a partir da forma: “brasileiros e brasileiras”, reportando-se a um “eles” e um “elas”.

No momento em que Aécio interpela sua adversária, inscrevendo-a no quadro participativo como interlocutora direta, executa uma estratégia de descortesia direta e sem atenuadores (CULPEPER, 2011), destinada a acusar Dilma de não controlar a inflação, mascarando-a, e que, segundo o candidato, voltou a “atormentar” o país. Trata-se de uma estratégia que consiste em dizer que o outro mente (BLAS ARROYO, 2011), realizada por meio de uma acusação, que ameaça a face positiva da candidata. A descortesia se aprofunda, com o incremento da polarização entre facções políticas adversárias, na medida em que Aécio Neves procede ao emprego de outra estratégia de descortesia, no caso, a descortesia de fustigação (KAUL DE MARLANGEON, 2005), realizada por meio de um ato de afiliação exacerbada aos seus correligionários e ao grupo de que faz parte, o PSDB, representado por um “nós exclusivo”, que exclui Dilma e seu governo.

Exemplo 3:

Aécio Neves: Fomos nós que controlamos a inflação lá atrás, candidata, e, infelizmente, o seu governo vai deixar uma herança perversa para o futuro, inflação alta, crescimento baixo, e perda de credibilidade. Sem credibilidade não há investimento. Sem investimento não tem emprego (grifos nossos).

Observa-se, assim, um “nós” que controlou a inflação no país – em cujo âmbito de referência se

encontra Aécio Neves e seus partidários e do qual se encontram excluídos Dilma e seus correligionários, representado pela forma “seu governo”. Importa observar, ainda, que a descortesia é acentuada por meio do apelo a um léxico negativo, a partir do qual o candidato associa a imagem de sua oponente a ideias e vocábulos que remetem a um campo semântico negativo: mascarar a realidade, herança perversa, atormentar, dentre outros inúmeros vocábulos encontrados ao longo das análises das intervenções de Aécio, na tese que deu origem ao presente artigo. Nesse sentido, pode-se afirmar que o candidato faz uso de uma estratégia que consiste em associar o oponente a fatos negativos (BLAS ARROYO, 2011).¹¹

Exemplo 4:

Aécio Neves: Nós tivemos 418 mil empregos a menos este ano do que no ano passado no mesmo período, candidata.

Em seguida, observa-se o emprego de um “nós inclusivo”, por meio do qual o candidato Aécio Neves inclui todos os brasileiros ao seu âmbito de referência, em uma tentativa de se aproximar do auditório para levá-lo a deliberar acerca da quantidade de empregos gerados, a menos, em relação ao ano anterior, devido à má gestão do governo de Dilma. Observa-se, assim, o uso de uma estratégia de descortesia que consiste na manipulação estratégica do âmbito de referência do falante, mediante o emprego de uma forma dêitica que promove efeitos descorteses para a face positiva de Dilma. A aproximação do eleitor aponta, além disso, a tentativa do estabelecimento de um duo consensual, a partir da instauração do dissenso, entre o candidato e sua adversária, depreendendo-se, desse processo, efeitos descorteses.

¹¹ Na tese que dá origem a este artigo, consideramos que o apelo a um léxico marcadamente axiológico, negativo, configura-se em mais uma estratégia de descortesia, a qual, porém, não abordaremos aqui, devido à extensão deste estudo, que se configura em um recorte da pesquisa de doutorado.

Exemplo 5

Dilma Rousseff: Quero dizer para o senhor, eu tenho um compromisso diferente. O meu compromisso é investigar e punir. Aqueles governos que não investigam, não acham, candidato, assim como agora, quando a gente pergunta: qual foi a quantidade de recursos passados para as três rádios e o jornal mineiro que o senhor detém em Minas Gerais? Não há transparência, não há informação. Essa, candidato, essa é a diferença entre nós. Eu investigo. Eu investigo, construo as provas para punir (grifos nossos).

No turno de Dilma, que corresponde, agora, à intervenção da presidenta, observa-se que a candidata busca promover uma imagem de autonomia forte, a partir da qual a locutora 2 apresenta contornos próprios em relação ao grupo, com propósitos discursivos de construir o ethos do candidato que investiga e age de modo incisivo contra a impunidade, em se tratando de casos de corrupção. O pronome em primeira pessoa, representado por um eu, bem como a forma possessiva, em primeira pessoa, “meu”, correspondem aos índices de alocação que permitem-nos observar de que modo esses elementos dêiticos contribuem para promover ora uma imagem de autonomia, ora de afiliação (BRAVO, 2005).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a busca do estabelecimento e do reforço da imagem de autonomia, por parte da candidata, cumprem a função de realizar uma estratégia de descortesia, que consiste na autopromoção em detrimento do outro, na medida em que, a instauração desse “eu” que investiga se dá em detrimento da face positiva de Aécio Neves e de seus correligionários que, ao contrário de Dilma, colaboram com a manutenção da impunidade, segundo a candidata.

Exemplo 6

Dilma Rousseff: quero dizer para o senhor, eu tenho um compromisso diferente. O meu compromisso é investigar e punir (grifos nossos).

Ainda no mesmo turno, observa-se, no exemplo 6, que Dilma procede a mais um ato de ameaça destinado à face de Aécio Neves por meio da manipulação estratégica do âmbito de referência do falante, observado na fórmula: “a gente pergunta”. Nesse caso, pode-se afirmar que a forma de tratamento “a gente” é representada, efetivamente, por um “nós exclusivo” – na medida em que se inclui o eleitor no mesmo âmbito de referência de Dilma – e, em contrapartida, exclui Aécio Neves, o qual passa a ser interpelado por Dilma e, inclusive, pelos brasileiros, acerca da quantidade de recursos públicos desviados para três rádios e um jornal mineiro, que, segundo Dilma, o candidato à presidência detém em Minas Gerais. Nesse sentido, pode-se afirmar que a presidenta desloca o âmbito de referência, alterando o esquema de interlocução em que o locutor 2 interage, nesse momento, com o auditório, em uma tentativa de estabelecer o duo consensual com o eleitor em potencial, convidado a deliberar, com Dilma, acerca dos recursos públicos destinados às rádios e ao jornal mineiro que, segundo a candidata, dizem respeito a Aécio Neves.

Exemplo 7:

Dilma Rousseff: quando a gente pergunta: qual foi a quantidade de recursos passados para as três rádios e o jornal mineiro que o senhor detém em Minas Gerais? Não há transparência, não há informação (grifos nossos).

Ademais, cumpre observar que a pergunta de Dilma sobre os recursos públicos desviados é veiculada por meio de uma pergunta retórica, conforme se observa no exemplo 7, cuja resposta é apresentada pela própria locutora que a formula, Dilma. Essa forma interrogativa cumpre, pois, no debate eleitoral sob análise, a função de realizar um ato de descortesia, no caso, o de acusação, na medida em que a formulação da pergunta retórica não visa a obter informações, mas sim expor a

imagem de Aécio Neves diante do auditório, o qual se busca persuadir: “Dilma: [...] qual foi a quantidade de recursos passados para as três rádios e o jornal mineiro que o senhor detém em Minas Gerais? Não há transparência, não há informação”.

Por fim, observa-se que Dilma Rousseff procede à formulação de mais uma estratégia de descortesia mediante a manipulação estratégica do âmbito de referência do falante, ao empregar um “nós inclusivo”, que inclui Aécio e a presidenta no mesmo âmbito de referência, para, no entanto, produzir efeitos descorteses, na medida em que a candidata estabelece, entre ela e Aécio, contrastes desvantajosos (BLAS ARROYO, 2011).

Exemplo 8

Dilma Rousseff: essa, candidato, essa é a diferença entre nós. Eu investigo. Eu investigo, construo as provas para punir (grifos nossos).

Por essa razão, pode-se afirmar que, dentro do âmbito de referência do “nós” – que abrange Dilma e Aécio – é possível observar um “eu” em contraposição a um “você”. Corroborando esse fato, verifica-se, logo em seguida, a manipulação estratégica do âmbito de referência do falante, que, novamente, modifica-se consoante os propósitos discursivos da candidata à reeleição que estabelece, por meio do uso enfático da primeira pessoa do singular, uma imagem forte de autonomia, assumindo contornos próprios em relação ao grupo de que faz parte. Trata-se, agora, da apresentação da imagem do político que investiga de modo efetivo, daquele que “constrói as provas para punir”. Nesse sentido, verifica-se que as formas dêiticas pessoais assumem um papel de destaque no turno da candidata – que ora desvelam o apelo a um “nós” que inclui, para estabelecer contrastes, ora a um “eu”, que se opõe a um “você”, reforçando a polarização que permeia esse tipo de contrato interlocutório. Busca-se, assim, a partir

de um duo conflitual, promover a adesão do eleitor em potencial, com o qual se visa estabelecer, por sua vez, um duo consensual: o acordo ou consenso de que apenas Dilma investiga de modo efetivo, os fatos, a despeito de seu adversário político e seus correligionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, propusemo-nos a investigar o gerenciamento das imagens em um contrato interlocutório regido pelo dissenso: o debate político eleitoral. Nesse tipo específico de enfrentamento dialético, os debatedores buscam, a partir do deslocamento dos adversários de seu âmbito de referência pessoal, produzir atos descorteses, mediante seu afastamento ou exclusão, promovendo afiliação exacerbada ao grupo e aos seus correligionários; ou autonomia em relação ao grupo, com o intuito de estabelecer uma imagem forte diante do auditório. Por outro lado, busca-se, por meio da tentativa de estabelecimento de um duo consensual (FÁVERO e AQUINO, 2002), garantir a adesão do auditório, levando-o, muitas vezes, a deliberar acerca dos tópicos abordados na interação. Assim, o esquema de participação é estrategicamente manipulado, uma vez que o debate eleitoral apresenta um quadro participativo singular que se modifica conforme as motivações discursivas de cada locutor.

Dentre os recursos utilizados, observou-se a prevalência de pronomes exclusivos, empregados para produzir exclusão e distanciamento, nos casos em que o locutor faz uso de formas dêiticas pessoais para produzir efeitos descorteses. Verificou-se, ademais, que esses mesmos recursos foram empregados de modo a incluir um tipo de destinatário indireto, mas que ocupa, no debate eleitoral, o estatuto de destinatário privilegiado (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006; BLAS ARROYO, 2011). Trata-se da modificação

estratégica dos papéis interlocutórios com o intuito de promover a autoimagem do locutor, a partir do estabelecimento e do incremento da imagem de afiliação em relação ao eleitor em potencial.

O estudo apontou que a descortesia institucional, verificada no embate eleitoral, pode-se configurar como um fenômeno pelo qual se busca persuadir, ora pelo estabelecimento de um duo conflitual, ora pelo estabelecimento de coalizões com o auditório, mediante a reconfiguração do âmbito de referência do falante e, consecutivamente, dos esquemas de participação desse tipo específico de contrato interacional.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. Apologia da polêmica. São Paulo: Contexto, 2017.
- _____. A argumentação no discurso. São Paulo: Contexto, 2018.
- ANGENOT, Marc. Dialogues de sourds. *Traité de rhétorique antilogique*. Paris: Mille et une nuits, 2008.
- BLAS ARROYO, José. Políticos en conflicto: una aproximación pragmático-discursiva al debate electoral cara a cara. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2011.
- _____. No diga chorradas: la descortesia en el debate político cara a cara. Una aproximación pragma-variacionista. In: *Oralia: Análisis del discurso oral*. Madrid: Arco Libros, S.L., 2001.
- BRAVO, Diana. Estudios de la (des)cortesía em español: categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos. Estocolmo: Dunken, 2005.
- BROWN, Penélope e LEVINSON, Stephen C. Politeness: Some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BRIZ, Antônio. La cortesía al hablar español. II Jornadas de Formación de Profesores de ELE en China. Suplementos SinoELE, 3ed, 2010.
- CULPEPER, Jonathan. Impoliteness: Using language to cause offence. Lancaster University. Cambridge University Press, 2011.
- EELLEN, Gino. A Critique of Politeness Theories. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001.
- FÁVERO, Leonor Lopes e AQUINO, Zilda Gaspar O. A dinâmica das interações verbais: o trílogo. In: PRETI, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: HUMANITAS FFLCH/USP, 2002.
- GOFFMAN, Erving. Interaction ritual: essays in face to face behavior. Chicago: Aldine Pub. Co., 1967.
- KAUL de MARLANGEON, Silvia. Descortesia de fustigación por afiliación exacerbada o refractariedad. El discurso tanguero de la década del 20. In: BRAVO, D. Estudios de la descortesia en español: categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos. Estocolmo/Buenos Aires: Dunken, 2005.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Análise da Conversação. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- ZIMMERMAN, Klaus. Construcción de la identidad y anticortesía verbal. Estudio de conversaciones entre jóvenes masculinos. In: BRAVO, Diana. (Org.). Estudios de la (des)cortesía en español: Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos. Buenos Aires: Dunken, 2005.

Submissão: agosto de 2020.

Accite: novembro de 2020.